

DEFICIÊNCIA: QUEM A TEM?

DISABILITY: WHO HAS IT?

DEFICIENCIA: ¿QUIÉN LA TIENE?

Tassia Daiane Johann¹
Silvia Sofia Scheid da Silva²

Resumo

Historicamente o deficiente sempre esteve ocupando um lugar à margem da sociedade. Entretanto, essa percepção, ao longo do tempo, vem sendo modificada, na medida em que a sociedade se permite discutir e principalmente refletir sobre o termo deficiência. Entender que ser diferente de nós, não qualifica a pessoa como inferior é um movimento imprescindível para a evolução do ser humano. Diante disso, o principal objetivo que este estudo se propõe é discorrer, por meio de pesquisas bibliográficas de cunho qualitativo, sobre o termo deficiência no contexto histórico e as dificuldades encontradas pelo indivíduo deficiente ao longo da história. Elucidar sobre as diferentes formas de deficiência existentes, e por fim, abordar a inserção e reconhecimento do deficiente no contexto social atual, em que a escola tem papel fundamental como agente de transformação moral da sociedade, por sua ação na propagação do conhecimento, pelo estímulo à reflexão e compreensão sobre quem é diferente. Por fim, mudar esse pensamento e o discurso social é uma missão que compete a todos e perpassa todas as esferas sociais, na tentativa de transformar o ser humano em um indivíduo mais tolerante. Isso só será possível se todos estiverem mais atentos à ideia de que a diferença é nossa maior riqueza. É necessário permitir que prevaleça a percepção do ser humano sobre todas as outras, o que se demonstra pela tolerância e respeito pelo outro.

Palavras-chave: Deficiência. Lugar do deficiente. Papel da escola.

Abstract

Historically, the disabled person has always occupied a place on the margins of society. However, this perception, over time, has been modified, as society allows itself to discuss and mainly reflect on the term disability. Understanding that being different from us, does not qualify the person as inferior is an essential movement for the evolution of the human being. Therefore, the main objective that this study proposes is to discuss, through bibliographic research of a qualitative nature, about the term disability in the historical context and the difficulties encountered by the disabled individual throughout history. To clarify the different forms of disability that exist, and finally, to address the insertion and recognition of the disabled in the current social context, in which the school has a fundamental role as an agent for the moral transformation of society, for its action in the propagation of knowledge, for the stimulus reflection and understanding about who is different. Finally, changing this thinking and social discourse is a mission that belongs to everyone and cuts across all social spheres, in an attempt to transform the human being into a more tolerant individual. This will only be possible if everyone is more aware of the idea that difference is our greatest wealth. It is necessary to allow the perception of the human being to prevail over all others, which is demonstrated by tolerance and respect for the other.

Keywords: Disability. Place of the disabled. Role of school.

Resumen

Históricamente, el deficiente ha ocupado un lugar al margen de la sociedad. Sin embargo, esa percepción ha venido cambiando a lo largo del tiempo, en la medida que la sociedad se permite discutir y, sobre todo, reflexionar sobre el término deficiencia. Entender que ser diferente a nosotros no hace a la persona inferior es un

¹ Pós-graduanda do curso de Educação Especial e Inclusiva UNINTER. Psicóloga - UNIJUÍ. E-mail: tassiaadaiane@bol.com.br.

² Professora Orientadora do Centro Universitário Internacional UNINTER. Mestre em Educação pela Universidade TUIUTI do Paraná.

movimiento imprescindible para la evolución del ser humano. Frente a eso, el principal objetivo de este estudio es discurrir, por medio de investigación bibliográfica de orientación cualitativa, sobre el término deficiencia en el contexto histórico y las dificultades encontradas por el individuo deficiente a lo largo de la historia. Elucidar sobre las distintas formas de deficiencia existentes, para luego abordar el tema de la inserción y reconocimiento del deficiente en el contexto social actual, en donde la escuela tiene un rol fundamental como agente de formación moral de la sociedad, por su acción en la difusión del conocimiento, por el estímulo a la reflexión y comprensión sobre quien es diferente. Cambiar ese pensamiento y el discurso social es una misión que compete a todos y a todas las esferas sociales, en el intento de transformar al ser humano en un individuo más tolerante. Ello solo será posible si todos están atentos a la idea de que la diferencia es nuestra riqueza más grande. Es necesario permitir que prevalezca la percepción del ser humano sobre todas las demás, lo que se demuestra por la tolerancia y respeto por el otro.

Palabras-clave: Deficiencia. Lugar del deficiente. Rol da escola.

1 Introdução

Neste trabalho desenvolveremos um estudo sobre a deficiência e os preconceitos atrelados a ela. Para tanto, faz-se necessário um breve percurso sobre a evolução histórica do conceito de deficiência, demonstrando o olhar da discriminação que infelizmente ainda se perpetua.

Historicamente percebe-se que o deficiente ocupa um lugar à margem da sociedade. Em um primeiro momento, nascer com algum “defeito”, implicaria o fim da existência ou a exclusão do meio social. O passar dos séculos nos mostra que o ser humano evoluiu e a sua percepção sobre a pessoa com deficiência também teve melhora.

Nos últimos tempos, as mídias sociais têm atribuído espaço para se falar sobre a temática. Entretanto, muitas ainda são as dúvidas, os preconceitos e a escassez de informações em torno das diversas deficiências. Muitas também são as resistências encontradas na abordagem dessa realidade.

Diversas são as situações em que as pessoas com deficiência vivenciam o preconceito e a falta de tolerância. Visto isso, entende-se que ainda se precisa falar sobre as intempéries que limitam a compreensão desse assunto. Portanto, como problemática dessa pesquisa, busca-se saber como minimizar os efeitos da falta de sensibilidade do ser humano, na inclusão social da pessoa com deficiência.

Muito se fala sobre inclusão, aceitação do diferente, mas acompanhando a realidade de nossa sociedade surge a dúvida, será que estamos preparados para incluir? Cada deficiência possui suas peculiaridades, seja na forma como se apresenta ou no modo como devemos manejá-la.

Precisa-se entender que o diferente de nós, não é inferior. Somente experimentando as diferenças descobrimos o nosso eu e o outro. Sem essa prática, nos tornamos seres intolerantes, resistentes e incapazes de viver bem em sociedade.

O objetivo geral desse estudo é discorrer sobre o termo deficiência em seu contexto histórico, bem como sobre as diferentes formas de deficiências existentes, para proporcionar uma melhor compreensão sobre a temática e despertar na sociedade um olhar mais zeloso sobre esse público. Como objetivos específicos, busca-se abordar o conceito de deficiência, bem como descrever o lugar ocupado pelas pessoas com deficiência no contexto histórico.

Em sequência, ainda como objetivos específicos, serão explanadas as diversas formas de manifestação da deficiência. Por fim, serão abordadas as dificuldades encontradas por esse público ao longo da história, quanto à sua inserção e reconhecimento no contexto social através da escola.

Este trabalho decorre de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa e discorre inicialmente sobre o conceito de deficiência e sua classificação. Em seguida, trabalha-se com o lugar social ocupado, ao longo da história, pelo deficiente e, por fim, propõe-se a escola como um lugar de fundamental importância para o melhoramento moral da sociedade e para possibilitar a inclusão natural do deficiente.

Dessa forma, este estudo visa auxiliar na compreensão e reflexão sobre a necessidade de nos tornarmos mais humanos e menos intolerantes diante das realidades que nos cercam. Faz-se necessário despertar para a importância de incluirmos pessoas com deficiência no meio social, com a escola como meio primordial.

2 Conceito e classificação de deficiência

Ao longo da história o termo deficiência passou por diferentes significações, desde incapacidade até uma percepção mais abrangente, envolvendo uma perspectiva multidisciplinar.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em maio de 1976, diferencia deficiência de incapacidade:

As deficiências são relativas a toda a alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja a sua causa, e significam perturbações ao nível do órgão. As incapacidades refletem as consequências das deficiências em termos de desempenho e atividade funcional do indivíduo, e representam perturbações ao nível da própria pessoa (OMS, 1989, p. 21).

Para a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência de 2007 (BRASIL, 2011, p. 26),

as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de

natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, com interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

As deficiências estão classificadas, segundo a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994, p. 14-16), em: deficiência auditiva; deficiência física; deficiência visual; deficiência mental e deficiência múltipla.

Conforme a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), divulgada em 2015 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 6,2% da população do país possui algum tipo de deficiência. A deficiência visual, a mais representativa, atinge 3,6% dos brasileiros. Em seguida vêm as deficiências física (1,3%), auditiva (1,1%) e intelectual (0,8%) (BRASIL, 2013).

Classifica-se como com deficiência auditiva o indivíduo que tiver perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz. A deficiência auditiva está classificada de acordo com o grau de intensidade de perda de audição, que pode ser: surdez leve, moderada ou surdo (severo ou profundo).

A deficiência física, conforme descreve o Decreto nº 3.298 de 1999, é:

Art. 4º - Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 1999).

Poderá também haver o comprometimento da função física quando houver a falta de um membro (amputação), má-formação ou deformação (alterações que envolvem o sistema muscular e esquelético).

A deficiência visual qualifica-se através da redução significativa ou perda total da acuidade visual no melhor olho e após a correção óptica mais apropriada. Pode ser oriunda de fatores congênitos ou adquiridos durante a vida.

Existem dois tipos de deficiência visual: a baixa visão ou a cegueira. A concepção em torno da baixa visão é complexa em razão da variedade e intensidade dos comprometimentos das funções visuais. Pode representar desde uma simples percepção de luz até uma limitação maior que impede o indivíduo de executar uma tarefa e compromete seu desempenho geral.

A cegueira é uma deformidade grave ou total de uma das funções elementares da visão, que afeta de forma irreparável a capacidade de perceber a cor, tamanho, distancia,

forma, posição ou movimento em um determinado espaço abrangente.

Como deficiência mental entende-se que seja um funcionamento intelectual significativamente inferior à média. Manifesta-se antes dos dezoito anos e compromete duas ou mais áreas de habilidades adaptativas: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho.

Entretanto, precisa-se estar atento à ideia de que “A deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento” (BATISTA, 2007, p. 15).

Há também a deficiência múltipla, que é a associação de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/física/mental), que produza algum tipo de comprometimento que envolva atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

O diagnóstico das deficiências deve sempre ser feito por um profissional da área médica, conforme a área afetada. Através desse diagnóstico é possível uma melhor compreensão das limitações decorrentes da deficiência, mas acima de tudo das habilidades que poderão ser desenvolvidas em cada indivíduo.

2.1 O lugar do deficiente no social

Já tendo compreensão em torno do termo deficiência e suas classificações, percebe-se a necessidade de resgatar na história o lugar que ela ocupa perante a sociedade. Ao longo dos tempos, esse lugar passou por muitas modificações. Portanto, é necessário percorrermos brevemente esse percurso, da antiguidade até a contemporaneidade. Como afirma Silva (1987, p. 21),

anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade.

Bianchetti (1995, p. 8) descreve que

A questão da deficiência ou a emergência da educacional especial só será compreendida se inserida no amplo espectro do processo histórico de como os homens foram atendendo às suas necessidades básicas e, por decorrência, como foram construindo a sua existência.

Entende-se que, nos primórdios, as condições de sobrevivência eram bastante

precárias. O ambiente que se apresentava a esses povos/tribos era bastante hostil, uma vez que a sobrevivência era determinada pela força, pela caça e pelas possibilidades de se lidar com as mudanças climáticas. Conforme Gugel (2007), a sobrevivência de uma pessoa com deficiência em uma tribo era impossível, uma vez que o ambiente era desfavorável e por elas representarem um fardo para o grupo.

No Egito Antigo, a partir das evidências arqueológicas, concluiu-se que a pessoa com deficiência estava inserida no contexto social, exercendo suas funções da mesma maneira que as outras pessoas. Mas na Grécia, principalmente em Esparta, o destino das pessoas que nasciam com alguma deficiência, era a eliminação. As crianças que nasciam com deficiência eram jogadas do alto de precipícios “pois tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto que, desde o nascimento, não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida” (LICURGO DE PLUTARCO apud SILVA, 1987, p. 105).

Com o cristianismo, a percepção sobre o deficiente começa a tomar outro caminho. Voltado para a caridade, humildade e amor ao próximo, o cristianismo permite a criação de hospitais voltados ao atendimento de pessoas pobres e marginalizados, incluídos os deficientes.

Entretanto, no período conhecido como Idade Média, as crianças nascidas com deficiência eram consideradas pelos pais como um castigo de Deus. Encontram-se referências históricas que evidenciam a associação da deficiência com o misticismo e a magia. A igreja católica passa a discriminar e perseguir as pessoas com deficiência, substituindo o pensamento de caridade pelo de rejeição.

A Idade Moderna permite um salto no pensamento humano, em que se deixa de ser ignorante para o nascer de novas ideias. Foi durante este período que Gerolamo Cardano, médico e matemático, criou um código para ensinar pessoas surdas a ler e escrever, incentivando o desenvolvimento de métodos para a educação dos surdos.

Houve também um grande desenvolvimento nos atendimentos hospitalares dos mutilados de guerra e de pessoas cegas e surdas. As pessoas com perturbações mentais passaram a ser vistas como doentes e não mais através da violência e discriminação. Surge também o braille (tabela de símbolos) que auxilia os cegos na compreensão da leitura.

Já no século XX, os avanços em torno da concepção do deficiente foram significativos, sobretudo no que diz respeito às ajudas profissionais e especializadas, bem como ao auxílio tecnológico e melhoramento dos instrumentos utilizados (cadeira de rodas, bengalas...).

A sociedade como um todo passou a organizar-se para melhor atender as pessoas com deficiência e a conscientização sobre os direitos humanos começou a existir. Os indivíduos com deficiência passaram a ser considerados cidadãos de direitos e deveres, participantes da sociedade. Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), iniciam-se os primeiros movimentos em defesa do deficiente, organizados por familiares e norteados pelas críticas à discriminação.

A partir deste período, as instituições voltadas para as pessoas com deficiência se consolidaram em praticamente todos os países, tendo como foco principal a integração social e o aperfeiçoamento dos auxílios profissionais e técnicos para as pessoas com deficiência. Cada vez mais, percebe-se o empenho de diversas áreas do conhecimento em olhar o deficiente não apenas na perspectiva assistencialista, mas permitindo a eles serem donos de suas próprias histórias com dignidade.

Entretanto, é evidente que o discurso excludente ainda não está completamente eliminado. Percebem-se atos de discriminação, em que as pessoas com deficiência são tratadas como “defeituosos” e sem condições para desempenhar atividades educacionais ou laborais.

Muitas vezes se esquece que, por trás de um corpo, perfeito ou não, existe um ser humano que merece o respeito e a possibilidade de vida digna. Quando se percebem situações de discriminação, se recorre à questão “onde está a deficiência?”. Será que naquele a quem uma lesão deixa diferente aos demais ou nesse que não consegue compreender a dimensão do humano?

Para Fonseca, “Nos nossos dias o direito de ser diferente é também visto como um direito humano, que passa naturalmente pela análise crítica dos critérios sociais que impõem a reprodução e a preservação de uma sociedade [...]” (FONSECA, 1995, p. 44).

Diniz ressalta que “Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa com deficiência” (DINIZ, 2007, p. 9).

Alguns autores tentam encontrar explicação ao ato de discriminação alegando que a pessoa com deficiência representa a fragilidade do ser humano. Desse modo, tende a ser repelida por uma sociedade que cultua o corpo perfeito e que supervaloriza a aparência. Para Silva (2006), ver uma pessoa com deficiência nos remete à inferioridade e conviver com elas é o mesmo que conviver com um espelho que nos lembra a nossa fragilidade a todo o momento.

Diante disso, questiona-se: quem é o deficiente? Chega o momento em que

poderíamos pensar que a maior deficiência do ser humano está relacionada com sua moral, onde passa a imperar o egoísmo.

Analisando as últimas décadas, percebe-se que houve uma inversão de valores bastante absurda. Os cidadãos sentem-se livres para ofender, discriminar, desprezar aqueles que se mostram diferentes ao suposto modelo padrão, construído pelo social, apenas para exaltar o seu eu.

Para Jung “A *deficiência moral* (insanidade moral) é um estado congênito que se caracteriza pela ausência de sentimentos morais” (JUNG, 1994, p. 221, grifo do autor). Já Goleman descreve que “os que estão a mercê dos impulsos – os que não tem autocontrole – sofrem de uma deficiência moral” (GOLEMAN, 1995, p.14).

Para tanto, acredita-se que esse pensamento somente irá se transformar, quando houver um investimento significativo na educação. Momento em que o “eu” do indivíduo cede lugar para o “outro”, respeitando os interesses e valores de ambos, sem a necessidade dos abusos cometidos pela discriminação.

Gonçalves ressalta que, “o reconhecimento do outro como outro é o elemento essencial de toda a ação moral embasada na justiça” (GONÇALVES, 2015, p. 43).

2.2 A escola como esperança de melhora social

O desafio de lidar com a discriminação e falta de sensibilidade de uma minoria social, ainda está distante de acabar. Mas a escola ocupa um papel fundamental neste processo de transformação, já que é um meio consagrado à socialização do conhecimento e das pessoas.

Educar, conforme propõe Maturana (2002, p. 29),

se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência.

Espera-se que no processo pedagógico seja considerada a diferença na totalidade e a totalidade na diferença, sem a ênfase prejudicial de o normal de um lado e o diferente de outro. A interação dos sujeitos permite a quebra de paradigmas e estes, os sujeitos, passam a ser considerados dentro de uma multiplicidade.

O processo de inclusão nas escolas é uma realidade cada dia mais presente. Seja considerando a diversidade de classe econômica, etnia, credo, assim como os deficientes, a possibilidade de se estar em torno das diferenças, impulsiona a sociedade à evolução.

A valorização da diversidade como condição para atingirmos o respeito à igualdade de

direitos, é expressa por Santos (1999, p. 56) conforme segue:

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí, a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza desigualdades.

Esse é um dos grandes desafios enfrentados quando se pensa em Educação Inclusiva. Para que este processo não gere desigualdades, o esforço do professor é maior em identificar habilidades e potencialidades em seus alunos, encontrando formas mais adequadas de transmitir o conhecimento e garantir que ele seja apreendido pelo aluno e todos os envolvidos.

Considerado o processo inclusivo na escola, Werneck (1993, p. 56) diz que “evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, pois as pessoas são diferentes! Alunos diferentes terão oportunidades diferentes, para que o ensino alcance os mesmos objetivos. Incluir é abandonar estereótipos”.

Fala-se, portanto em escola inclusiva. Seu objetivo maior é

a construção de uma escola democrática, na qual as necessidades educacionais específicas de todos os alunos, sem exceção, sejam atendidas e na qual a diversidade seja uma característica intrínseca e, como tal, seja aceita, respeitada e valorizada (SILVA, 2012, p. 9).

César reforça essa ideia acrescentando que,

Escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social (CÉSAR, 2003, p. 119).

Para Ramos (2006, p. 5),

O programa de educação inclusiva consiste em pôr em prática um novo conceito, que tem como base tornar a educação acessível a todas as pessoas, e com isso, atender às exigências de uma sociedade que vem combatendo preconceitos, discriminação, barreiras entre indivíduos, povos e culturas.

Para que a compreensão se estabeleça, faz-se necessário considerarmos a distinção dos termos integrar e incluir. Embora tenham objetivos aparentemente iguais, de inserir pessoas com deficiência na sociedade, possuem filosofias diferentes.

O termo integrar na perspectiva da educação implica em centralizar no aluno o “problema”; este precisa encontrar em si, meio de se adaptar ao modelo de ensino proposto. No âmbito social, integrar requer o esforço unicamente do indivíduo deficiente em criar

espaço de socialização.

Segundo Mantoan (1997, p. 235) “A integração traz consigo a ideia de que a pessoa com deficiência deve modificar-se segundo os padrões vigentes na sociedade, para que possa fazer parte dela de maneira produtiva e, conseqüentemente, ser aceita”.

Já na inclusão, o esforço parte de ambos os lados para que haja um avanço. Isso quer dizer que, além do empenho por parte do deficiente em tentar se adaptar às situações de sala de aula, a escola terá que se reestruturar, através da reformulação do currículo, das formas de avaliação, da formação dos professores e da política educacional, para que assim o aluno construa o seu progresso.

Sobre a inclusão, Mantoan (1997, p. 235) descreve que “A inclusão traz o conceito de que é preciso haver modificações na sociedade para que esta seja capaz de receber todos os segmentos que dela foram excluídos, entrando assim em um processo de constante dinamismo político social”.

As limitações com que os deficientes precisam lidar tornam-se menos complicadas para se viver, quando as pessoas com quem convivem, aceitam a sua deficiência como algo diferente, mas natural.

Desse modo, espera-se da escola uma prática comprometida, na construção de um currículo pedagógico que acolha a todos. Para isso, é imprescindível uma mudança no discurso, abandonar o discurso que evidencia o diferente, por aquele que promova a compreensão sobre as diferenças. Como bem descreve Minetto (2012, p. 30), “a nossa principal característica comum é a diversidade, nossa principal semelhança é a diferença”.

Precisa-se acreditar que a educação é algo que precisa ser renovado a cada dia. Na mesma proporção em que o mundo vem evoluindo, os professores precisam encontrar meios de transmitir os conhecimentos com criatividade, para que a aquisição de informações se dê de modo mais natural e prazeroso.

A importância dos professores no processo de inclusão e mudança social é imensurável. O docente serve como exemplo de ser humano, de conduta, de comportamento e transmite seus valores àqueles com os quais convive. Estar atento às diferenças e encontrar, através de recursos práticos e especializados, formas de levar o conhecimento a todos, se faz muito necessário.

Em uma sociedade em que o poder está colocado no discurso e naquele que se sobressai aos demais pelo que tem (bens materiais/cargo que ocupa), o processo de inclusão torna-se mais desafiador. A mudança do discurso só ocorrerá quando os valores sociais também forem repensados.

Entretanto, permitir que esses conceitos sejam discutidos e reelaborados, faz com que a sociedade dê passos no progresso da sua moral. Assim, o “eu” até então posto em voga, pode aos poucos compartilhar espaço com o “outro”, passando a existir concordância entre o comportamento de cada um, com os interesses do coletivo.

Para Marques e Marques (2003), a comunhão com as diferenças é mais do que um simples ato de tolerância, é a afirmação de que a vida se amplia e se enriquece na multiplicidade. Ser diferente não significa mais ser o oposto do normal, mas apenas “ser diferente”, sem que seja necessário um único modelo universal possível.

Precisamos nos desprender das amarras do preconceito. Como descreve McLaren (1997, p. 212),

Preconceito é o prejulgamento negativo de indivíduos e grupos com base em evidências não reconhecidas, não pesquisadas e inadequadas. Como essas atitudes negativas ocorrem com muita frequência, elas assumem um caráter de consenso ou cunho ideológico que é, muitas vezes, usado para justificar atos de discriminação.

A possibilidade de conversação, reflexão e reelaboração no social dos conceitos em torno da diferença do ser humano e sobre o deficiente permitirá uma melhor convivência entre todos. Precisamos nos revestir de valores de reconhecimento e respeito às diferenças para sermos capazes de mudar mentalidades ainda enrijecidas.

A escola — tendo a oportunidade de acessar todas as pessoas seja através dos alunos, familiares ou profissionais envolvidos —, traz consigo o poder de transformação. Entretanto, nada acontece sozinho, só o trabalho em conjunto provoca mudanças significativas.

Portanto, acredita-se que, conforme Jacobus TenBroek citado por Diniz (2007, p. 76) nos descreve:

O mundo em que os deficientes têm o direito de viver é o das ruas, avenidas, escolas, universidades, fabricas, lojas, escritórios, prédios e serviços públicos, enfim, todos os lugares onde as pessoas estão, vão, vivem, trabalham e se divertem.

Acredita-se que é possível a transformação social, tendo como respaldo primordial a escola, através da propagação do conhecimento, do estímulo à reflexão e servindo de base para a condução do comportamento. Por isso, é tão importante e necessária a preparação constante dos educadores, para que tenham essa possibilidade de tocar o social, através das famílias.

Tão importante quanto a atuação da escola no processo de minimizar os efeitos da discriminação, é o papel ocupado pela família. Está considerada como o grupo social

primário, com quem o indivíduo primeiro interage; é também por onde os primeiros ensinamentos perpassam.

Portanto, se as famílias forem bem instruídas moralmente, sem preconceitos enraizados, a transmissão de valores e princípios se dará de forma natural sob essa nova ótica. Aquelas pessoas ditas deficientes morais não encontrarão mais espaço para seus dissabores e deixarão gradativamente de existir. Acredita-se que não basta o ser humano receber informações, aprender novas tecnologias, se não forem despertadas as motivações para se vencer obstáculos. A escola precisa atuar constantemente como facilitadora da comunicação e da difusão das informações em torno da deficiência, visando estimular a inclusão social adequada, a melhora na qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência.

Só assim atingiremos o nosso maior objetivo: que a percepção de ser humano prevaleça sobre todas as outras, o que se demonstra através da tolerância e respeito. O ser humano, então, passará por um melhoramento em sua integralidade.

2.3 Metodologia

Diante das várias abordagens possíveis, envolvendo a temática das deficiências, optou-se por desenvolver uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo para este estudo. Ou seja, será “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), integrando materiais também disponíveis na Internet.

Para Minayo, a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001 p. 21-22).

Goldenberg esclarece que “os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social” (GOLDENBERG, 1997, p. 49).

Dessa forma, torna-se viável o resgate histórico da deficiência nos diferentes momentos da história, bem como a descrição das diversas formas de deficiência.

A abordagem do processo inclusivo das pessoas com deficiência também se faz necessária, uma vez que, no decorrer da história, diversos foram e são os desafios enfrentados por elas.

3 Considerações finais

Neste trabalho pôde ser percebida a evolução que a sociedade teve no que diz respeito à concepção e aceitação do deficiente. Mesmo com os inúmeros avanços sociais, ainda se perpetua a existência da intolerância e do preconceito sob vários aspectos.

Nos chama a atenção a falta de sensibilidade de alguns (minorias sociais) em torno daquele que necessita ser incluído, que necessita de um olhar mais atento para superar as limitações que seu corpo impõe. Desse modo, buscou-se saber que recursos seriam necessários para minimizar os efeitos da falta de sensibilidade do humano na inclusão social da pessoa com deficiência.

Para tanto, através de recursos bibliográficos e de forma qualitativa, buscou-se discorrer por autores que demonstram todo o esforço do deficiente, ao longo da história, em construir espaço de reconhecimento social. Tratou-se também de revisar autores que defendem a escola como meio, ou melhor, recurso para se trabalhar o processo de inclusão do deficiente, entendendo que diferentes somos todos e é na diferença que colhemos as maiores riquezas.

Pôde ser percebido que, ao longo da história, houve uma mudança bastante significativa no discurso social, mas ainda se perpetua o discurso discriminatório. Esse fato nos leva a pensar na existência da deficiência moral, como a maior de todas. Uma deficiência que não consegue reconhecer o outro como ser humano diferente, dotado de limitações, mas também de habilidades, assim como qualquer outro.

Mudar esse pensamento e o discurso social é uma missão que compete a todos. Mas entende-se que a escola assume um papel fundamental por ser propulsora do conhecimento. Através da educação inclusiva percebe-se que o olhar de todos sobre a diferença tem adquirido outro significado.

A possibilidade de conversar e refletir sobre as diferenças do ser humano, o ensino dos valores e princípios morais, trabalhados com todos os envolvidos neste processo — alunos, familiares, profissionais e o meio social —, causa um impacto importante no progresso moral.

Cabe lembrarmos que a escola não modifica o imaginário e as representações coletivas negativas que se construíram sobre os deficientes. Mas ela ocupa um lugar de destaque para a superação do preconceito, através do trabalho sistemático e crítico na formação dos valores de todos.

Embora a proposta de se ter uma sociedade mais humana e consciente dos direitos igualitários pareça muito distante, cabe lembrar que estamos galgando em prol de

alcançarmos esses objetivos. Esse processo de conscientização demanda tempo, pois mudar um sistema antigo, impregnado há tanto tempo, requer comprometimento de toda sociedade, para que todos possam se beneficiar por igual.

Através desse estudo, conclui-se que cada vez mais o deficiente tem encontrado espaço no contexto social, mesmo que timidamente. Lidar com as pessoas com deficiência moral parece ser o desafio mais complexo desse assunto. Entretanto, um desafio possível de se enfrentar e de se superar as adversidades que este confronto apresentará.

Um dos meios mais eficazes para essa mudança é que a sociedade faça valer na prática os direitos e deveres prescritos na Constituição Federal de 1988. Compreender também que deficiência é apenas uma condição imposta àquele indivíduo, mas que isso não o coloca em um lugar de pequenez diante dos demais.

Cabe à escola assumir ainda mais esse papel de agente de transformação social, aprimorando os métodos de trabalho através de seminários e palestras; deve instigar ações sociais, despertar a reflexão em torno da moral para, assim, envolver todo o social.

Deve-se lembrar que o compromisso de mudar a moral social depende de cada indivíduo. Mas a escola é um recurso imprescindível, pelo manejo que tem do social, por permitir espaços para a discussão, reflexão e reelaboração de conceitos, valores e princípios sociais.

Essa mudança perpassa todos os setores e esferas sociais, através dos programas de acessibilidade para todos, do desenvolvimento de novas soluções tecnológicas que viabilizem a interação, a expansão do conhecimento em libras, a educação através de recursos eletrônicos, as adaptações no ambiente e postos de trabalho, entre outras.

Sabe-se que as deficiências não possuem cura, mas contam com tratamentos que minimizam seus efeitos. Com relação à deficiência moral, será que essa sim conseguimos curar? Algum dia, conseguiremos viver em uma sociedade mais humana, sem espaço para a intolerância e o preconceito?

Acredita-se que as pesquisas e estudos sobre essa temática são inesgotáveis. Isso porque sempre se busca o melhoramento moral da sociedade, na tentativa de incluir a todos, respeitando seus direitos e deveres como seres humanos.

Contudo, cabe ressaltar que a percepção do ser humano deve prevalecer sobre todas as outras e será demonstrada principalmente através da tolerância e respeito. Só assim, conseguiremos uma sociedade cada vez melhor e pronta para lidar com as diferenças.

Referências

BATISTA, Cristina A. M. **Educação inclusiva: Atendimento educacional especializado para a deficiência mental.** Curitiba: Gráfica e Editora Cromos, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dm.pdf. Acesso em: 13 fev. 2018.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 2, n. 3, p. 7-19, 1995. Disponível em: http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista3numero1pdf/r3_art01.pdf. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, DF, CORDE, 1994.. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 30 dez. 2018.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 2007. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed. rev. atual. Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 07 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto No 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 07 jan. 2018.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde: 2013. Ciclos de vida: Brasil e grandes regiões.** Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018.

CÉSAR, M. A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. *In: RODRIGUES, David (org.). Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade.* Porto: Porto Editora, 2003.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FONSECA, Vitor da. **Educação especial.** 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997. GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995. GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Construção da identidade moral e práticas educativas**. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007. Disponível em: [https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/8878/1/Maria%20Ivone%20Fortunato%20Lar aia.pdf](https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/8878/1/Maria%20Ivone%20Fortunato%20Lar%20aia.pdf). Acesso em: 11 dez. 2017.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/Artigos/PD.Historia.phd>. Acesso em: 11 dez. 2017. JUNG, C.G. **Estudos psiquiátricos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o ‘déficit’ intelectual**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MARQUES, Luciana Pacheco; MARQUES, Carlos Alberto. Do universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão. In: LISITA, Verbena Moreira S. de S; SOUSA, Luciana Freire E.C.P. (orgs.) **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MATURANA, Humberto R. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução: José Fernando Campos Fortes. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MCLAREN, Peter. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo este desafio**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.

OMS (Organização Mundial de Saúde). **Classificação internacional das deficiências, incapacidades e desvantagens (handicaps)**. Lisboa: Ministério do Emprego e da Seguridade Social; Secretaria Nacional de Reabilitação, 1989.

RAMOS, R. **Passos para a inclusão**. São Paulo: Cortez, 2006.

RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2017. *E-book*.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, Otto Marques da. **Epopéia ignorada**. A história da pessoa deficiente no mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987.

SILVA, Luciene M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência.

Revista Brasileira de Educação [online], São Paulo, v. 11, n. 33, set/dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782006000300004&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em 11 dez. 2017.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.